

boletim ADUA

Associação dos Docentes da Universidade Federal do Amazonas Seção Sindical/ANDES-SN



>>> DESAFIOS PARA A EDUCAÇÃO

Docentes universitários e servidores estão na mira do novo governo

Daisy Melo

Docência, universidade e funcionalismo público. A conjuntura evidencia que os ataques a essa tríade devem ser intensificados em 2019 com o início do novo governo federal. Movimentações do presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) dão sinais de que esses são alvos principais quando indica, por exemplo, para o Ministério da Educação um apoiador do Escola Sem Partido, projeto que prevê a censura em instituições de ensino. Em paralelo, os professores de universidades públicas, como servidores públicos, têm lidado com medidas que ameaçam a intensificação da desestruturação da carreira. Para se defender, a categoria tem desenvolvido uma série de ações como a divulgação de cartilha e manual em defesa da liberdade de cátedra e a criação de uma Frente Ampla de Lutas.

Símbolo da perseguição aos docentes, o Escola Sem Partido (PL 7180/14) teve batalha intensa na Câmara dos Deputados entre oposição e apoiadores até os trabalhos da comissão serem encerrados no último dia 11, adiando a discussão para 2019. Apesar dessa vitória, um ponto contra os que defendem uma educação livre e democrática foi o adiamento do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF) da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5537, que questiona a validade da lei Alagoana cujo conteúdo é similar ao do Escola Sem Partido.

Um dos apoiadores desse projeto, que fere a liberdade de cátedra e impõe censura prévia nas salas de aula, é justamente o nome indicado por Bolsonaro para assumir o Ministério da Educação: Ricar-

do Vélez Rodríguez. O futuro ministrou chegou a defender em seu blog valores conservadores e a censura nas escolas. “É a tentação do “politicamente correto” que se esconde hoje, por exemplo, nas propostas da “educação de gênero” veiculadas pelos gramscianos e outros grupos de inimigos totalitários da liberdade. No nosso país essa mefistofélica proposta está ameaçando as famílias. É uma das desgraças herdadas do lulopetismo, hoje replicada pela esquerda metida à sabichona. Essa



Em 2019, no que tange à educação teremos como principais desafios garantir e ampliar o financiamento público para a educação pública, frente às sucessivas tentativas de desconstruir o seu caráter público e emancipatório”.

- Antonio Gonçalves

proposta conta, aliás, com fortes aliados pelo mundo afora, inclusive dentro da Organização das Nações Unidas, onde a esquerda internacional tem os seus tentáculos”, escreveu Rodríguez.

Paralelo a essa tentativa de silenciamento, os docentes das universidades públicas têm sofrido golpes a mais. Em agosto deste ano, após a aprovação no Congresso da mudança nas tabelas remuneratórias de funcionários públicos para 2019, o governo federal publicou a Medida Provisória (MP) 849 adiando novamente as mudanças do poder Executivo. A MP se não for votada até fevereiro, perderá a validade. As mudanças

nas tabelas dos docentes vêm do acordo assinado em 2015 entre o governo e outra entidade sindical. O ajuste não corrige as distorções, mas o adiamento é mais um ataque aos servidores, que estão com salários achatados e mais de 25% de perdas salariais.

Para a 1ª secretária da ADUA-SS, Ana Cristina Martins, os desafios postos para 2019 não são poucos, pois há várias ofensivas que atacam as universidades como perseguições à autonomia docente em relação às discussões críticas relacionadas à conjuntura; perspectiva em cobrar mensalidades “para quem pode pagar”; diminuição de recursos, decorrente da aprovação da Emenda Constitucional 95; aumento da alíquota de desconto da previdência no salário do funcionalismo público; transformação da Retribuição por Titulação em gratificação para retirada do salário após aposentadoria e perspectiva de aumento do tempo de contribuição e idade para aposentadoria, o que provocará mais casos de adoecimento. “Na educação básica, a aprovação da BCCN (Base Nacional Comum Curricular) e a perda da autonomia docente em razão do projeto Escola Sem Partido, que se constitui em foco já anunciado pelo governo que assumirá, trará sérios prejuízos à formação discente no âmbito público. Viveremos tempos de retrocesso que nos exigirão muita luta e resistência”, comenta.

Sobre este cenário, o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, afirmou, em entrevista a ADUA-SS, que o Sindicato Nacional tem um acúmulo sobre a concepção de educação defendida e que está expressa no Caderno 2. Para ele,



Prestes a ser aprovado, o projeto Escola Sem Partido busca censurar os debates sobre questões sociais e políticas pelas comunidades acadêmicas nas salas de aula

esses princípios têm sido e continuarão sendo o ideário, porém a realidade é um período defensivo da luta de classe, em que garantir a educação pública, gratuita, de qualidade como um direito de todos/as está cada vez mais difícil.

“Em 2019, no que tange à educação teremos como principais desafios garantir e ampliar o financiamento público para a educação pública, frente às sucessivas tentativas de desconstruir o seu caráter público e emancipatório; defender a autonomia das instituições de ensino, com liberdade de cátedra aos/às docentes e derrotar iniciativas como a lei “Escola com Mordaca”; defender o acesso e permanência dos estudantes ao sistema de ensino público nos seus diferentes níveis; garantir os direitos dos servidores públicos e a sua importância para a garantia dos serviços/direitos pelo Estado”, afirma.

Defesa

Entre as inúmeras ações desenvolvi-

das pelo ANDES-SN para resguardar os direitos dos docentes estão o lançamento da cartilha “[Liberdade de Cátedra, de Ensino e de Pensamento](#)”. Divulgado no dia 22 de novembro, o documento traz uma série de orientações para ajudar a categoria a combater as tentativas de censura, inclusive casos de agressão física e verbal. O material aborda, ainda, aborda, anda, a legislação que trata sobre a liberdade de cátedra, um direito previsto no artigo 206 da Constituição Federal de 1988, que garante “a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber” e o “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”.

Além da cartilha, outro “guia” é o “[Manual Contra a Censura nas Escolas](#)”. O documento orientador foi lançado por mais de 60 entidades ligadas à educação, entre elas o ANDES-SN. A iniciativa é uma resposta aos projetos, como o Escola Sem Partido, que buscam censurar os debates sobre questões sociais e políticas

pelas comunidades acadêmicas. O manual, que também conta com a assinatura da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, órgão do Ministério Público Federal, mune docentes e estudantes de informações legais e de orientações de ação em situações de tentativa de cerceamento.

Para fazer frente a esses ataques, os docentes têm se organizado cada vez mais. Uma das estratégias é a construção de uma Frente Ampla de Lutas com toda a classe trabalhadora. Durante Seminário interno do ANDES-SN, no final de novembro, o presidente do Sindicato afirmou que as políticas anunciadas pelo governo eleito atacam os serviços e os servidores públicos e integram um projeto ultraliberal de redução do papel do Estado na sociedade. “Nós como servidores públicos e como docentes do ensino superior somos alvo nesse processo”, explicou, acrescentando que “só nos resta chamar a unidade de ação da nossa classe para fazer os enfrentamentos”.

>>> ARTIGO

Brasil pré-kantiano: o estado crítico da crítica e o futuro da Universidade

José Alcimar de Oliveira

Estamos sob tempos sombrios. No Brasil de 2018 os espectros do obscurantismo renascem sob a força da pós-verdade e da anulação das mediações. Neofundamentalismo religioso, neomaniqueísmo político e ultraneoliberalismo capitaneado pelo capital perfazem uma tríade que faz regredir o país a um estágio civilizatório pré-kantiano. Com uma diferença: é um pré com capa de pós, *up to date*, pois atualizado e integrado ao espetaculoso mundo da verdade digital. Todos conectados pela desinformação e mentira programática. Antes de Kant, o velho Cartesius sustentava ser o bom senso a coisa mais bem partilhada do mundo. Mas, no prevalente regime da pós-verdade que a tudo parece tragar, inclusive o que resta de Universidade Pública e de público na universidade, o poder avançou mais que o bom senso. Bem o notava Maurício Tragtenberg: o poder sem saber e o saber sem poder concorreram para o que ele denominava de “delinquência acadêmica”. Com esta, guarda afinidade a “escola sem partido” e a universidade sem crítica.

Numa nota ao Prefácio à primeira edição da *Crítica da Razão Pura*, Kant definia sua época (final do século XVIII) como a época da crítica a que tudo deveria se submeter, tanto a religião quanto a legislação. Ocorre que a religião por conta de sua santidade, e a legislação, por força de sua majestade, imaginavam-se acima da crítica e terminavam por levantar sérias suspeitas contra si mesmas, impedidas, pois, de aspirar ao sincero respeito que a razão só pode dedicar a quem admite passar pelo filtro de seu livre e público exame. A crítica é base de todo conhecimento. Sem crítica haverá sociedade da informação, nunca do conhecimento. Sem

crítica não haverá discernimento ou filtro cognitivo. Sem crítica os dispositivos de (des)informação em massa continuarão a massificar o poder do imbecil.

Kant, movido pelo mesmo espírito que Hegel depois denominaria de paciência do conceito, escreveu as três críticas de seu monumental edifício filosófico: a *Crítica da razão pura*, a *Crítica da razão prática* e a *Crítica do juízo*. Em resumo, não seria difícil perceber no Brasil de hoje o mal-estar de Kant em meio à produção e divulgação sem o necessário anteparo crítico de filtro cognitivo do que podemos classificar de lixo mediático, tão funcional para a manutenção das consciências sob o registro do cotidiano irrefletido. Crítico e herdeiro de Kant, Hegel admitia que nada de grande no mundo é feito sem paixão. Mas a paixão em Hegel não pode ser pensada sem o concurso da razão. Se a paixão é parte do real e o real é racional, o racional é igualmente real e nele se inscreve a paixão. Kant e Hegel combateram com tenacidade o reino das sombras e da sonolência da razão. Goya, do século do iluminismo kantiano, mas muito mais por meio da razão estética do que pura, assinalava que o sono da razão pode gerar monstros. Kant, Goya e Hegel encontrariam precário e inóspito abrigo no Brasil onde as sombras da intolerância e do ódio avançam em extensão e intensidade e fazem regredir o espaço crítico.

A baixa política em curso atravessa e compromete a vida institucional e o exercício do poder de nossa limitada democracia. Sobra poder e falta bom senso. Para Kant, é crime de lesa-natureza a criminalização da crítica ou conjurar o sagrado direito ao esclarecimento, ao uso público da razão. O estado crítico da crítica fortalece o Estado de exceção, naturaliza as desigualdades

e faz regredir ao mínimo as conquistas civilizatórias associadas ao que defendemos como Estado Democrático de Direito, formalmente constituinte da República Federativa do Brasil e definido no Art. 1º. da Constituição de 1988.

Há quase dois milênios e meio da condenação de Sócrates na Atenas da democracia, acusado de corromper a juventude, de descrer nas divindades tradicionais e de difundir a crença em novos deuses, o Brasil do século XXI pouco avançou no uso público e socrático da razão. Expulsa da cidade, ontem em Atenas e hoje em Brasília, a filosofia segue sua trajetória de exílio. Já não encontra abrigo seguro mesmo nas universidades, tragadas pela razão produtivista e submetidas à dialética funcional da pós-verdade.

Não há direito à justiça sem direito ao pão e às letras. Não há cidadania sem esclarecimento. Aliás, repetindo Brecht, “a justiça é o pão do povo”. Até o papa João Paulo II o reconheceu em célebre alocução à população de uma favela em Lima (Peru), em 1985: “que desapareça a fome de pão e cresça a fome de Deus”. A honesta exegese da afirmação pontifícia indica que fome de Deus equivale à fome de justiça que implica relação de simbiose entre intestino e encéfalo. A miséria tanto pode desencefalizar quanto tornar-se útil à nanopolítica, que hoje habita largos espaços nas instâncias de poder. Sem garantir universalidade, como preconizava Kant, ao sagrado direito ao esclarecimento, seguiremos a tomar distância da grande política, de Aristóteles a Gramsci, e a afundar na barbárie produzida pela civilização da venalidade universal.

**José Alcimar de Oliveira é professor do Departamento de Filosofia da Ufam e filho dos rios Solimões e Jaguaribe.*

>>> RÁPIDAS

Delegação para Congresso do ANDES-SN é definida

A [delegação da ADUA-SS](#) no 38º Congresso do ANDES-SN será composta pelos (as) docentes Alcimar Oliveira, Aldair Andrade, Ana Cristina Martins, Ana Lúcia Gomes, Jacob Paiva, Luiz Fernando Souza, Marcelo Seráfico e Marcelo Vallina, como delegados(as) e, ainda, Amazoneida Sá, Danielle Gonzaga, Elciclei Faria, Grace Andrade, Hamida Assunção, Jarliane Ferreira, Jorge Barros, Maria Audirene Cordeiro, Roberta Andrade e Sandro Simas, como observadores e observadoras.

Iniciado credenciamento prévio para congresso

Teve início no último dia 3 o [período de credenciamento para o 38º Congresso do ANDES-SN](#), que se estenderá até o dia 22 de janeiro de 2019. A ratificação ou retificação será feita durante o evento no dia 28 de janeiro, das 9h às 12h e das 14h às 18h. De 3 de dezembro a 22 de janeiro, delegado(a)s, observadore(a)s e observadore(a)s e suplentes do(a) delegado(a) devem enviar a documentação regimental para efetivar a inscrição/credenciamento.

Aprovada Minuta da Política de Equidade de Gênero

O Conselho Universitário (Consuni) da Ufam aprovou, no dia 11 de dezembro, a [Minuta da Política Permanente de Equidade de Gênero da Universidade](#). Um desses princípios é a “equidade para a construção de uma universidade mais igualitária, justa, não patriarcal, não heteronormativa e sem quaisquer discriminações em função de diferenças de gênero e orientação sexual, consonante com as finalidades e os princípios institucionais da Ufam”.

Campanha “Não é Não” é lançada no ICSEZ

Após o lançamento em Manaus, no dia 31 de outubro, a ADUA-SS estendeu a campanha “Não é Não – ADUA contra Toda Forma de Assédio” para as unidades acadêmicas fora da sede da Universidade Federal do Amazonas (Ufam). [No último dia 30](#), foi a vez do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) receber a campanha. Na ocasião, a campanha foi apresentada pela 2ª vice-presidente da ADUA-SS e docente do instituto, professora Milena Barroso.

>>> AGENDA

Reunião da delegação

Nos dias 25 e 26 de janeiro, a delegação da ADUA-SS se reunirá para discutir as pautas e temas a serem abordados no 38º Congresso do ANDES-SN. O objetivo é alinhar um entendimento para melhor atuação, antes da realização do encontro previsto para ocorrer de 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2019, em Belém (PA), e que terá como tema central: “Por Educação, Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos: em defesa do trabalho e da carreira docente, pela revogação da EC/95”. [Leia mais](#)

ANDES-SN e ADUA-SS terão recesso no fim do ano

Em função das festividades de final de ano, a sede do ANDES-S, os seus escritórios regionais e a ADUA-SS entrarão em recesso no período de 24 de dezembro a 1º de janeiro. O último dia de trabalho de 2018 nas entidades será 21 de dezembro (sexta-feira). O recesso compreenderá o intervalo de 24 de dezembro (segunda-feira) a 1º de janeiro (terça-feira) de 2019. As atividades serão retomadas no dia 2 de janeiro de 2019 (quarta-feira). [Leia mais](#)

DEMONSTRATIVO MENSAL DAS RECEITAS E DESPESAS DE 01/10/2018 A 31/10/2018**QUADRO RESUMO MENSAL**

| | Outubro |
|-----------------------------------|-----------------------|
| Receitas | R\$ 90.871,60 |
| Despesas | R\$ 106.754,11 |
| SALDO ANTERIOR | R\$ 94.307,36 |
| Saldo Banco do Brasil S/A | R\$ |
| Saldo Fundo de caixa | R\$ 14.438,07 |
| RESUMO DE APLICAÇÕES | R\$ 284.947,93 |
| Saldo Anterior da Conta Aplicação | R\$ 219.244,74 |
| Aplicações no Mês | R\$ 123.629,16 |
| Rendimento de Aplicações | R\$ 715,44 |
| Resgate de Aplicações | R\$ 58.641,41 |
| SALDO ATUAL | R\$ 299.386,00 |

*Confira a prestação de contas na íntegra clicando [aqui](#)

boletim ADUA

O boletim ADUA é uma publicação da Associação dos Docentes da Ufam - Seção Sindical do ANDES-SN.

Diretoria:

Marcelo Mario Vallina (Presidente), Milena Fernandes Barroso (2º Vice-presidente), Ana Cristina Fernandes Martins (1ª Secretária), Nereide de Oliveira Santiago (2ª Secretária), Ana Lúcia Silva Gomes (1ª Tesoureira) e Leonardo Dourado de Azevedo Neto (2ª Tesoureira).

Diretora responsável:

Milena Barroso

Assessoria de Comunicação:

Daisy Melo (SRTE-AM 219)

Designer:

Rafael Miranda

Projeto gráfico:

Rafael Miranda

Endereço:

Av. Gen. Rodrigo Octávio, 6200, Campus Universitário da Ufam, Coroado I, CEP: 69080-005 Manaus - Amazonas

E-mail da secretaria:

aduasindicato@gmail.com

Fale Conosco

(92) 98138-2677

www.adua.org.br